



ALMT
Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Núcleo Econômico – NUCE
Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
CDCC/ALMT



Parecer nº 53/2023/CDCC.

Referente ao Projeto de Lei nº 435/2023 que **“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE IMPLANTAÇÃO PELAS EMPRESAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO (ADQUIRENTES) DE MÁQUINAS ADAPTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.”**

Autor: Deputado Valdir Barranco

Referente ao apensamento do Projeto de Lei nº 62/2020

Autor: Deputado Wilson Santos

Referente ao apensamento do Projeto de Lei nº 289/2021

Autor: Deputado Dr. Eugênio

Referente ao apensamento do Projeto de Lei nº 653/2022

Autor: Deputado Valdir Barranco

Relator: Deputado DR. EUGÊNIO

I – Relatório

O Projeto de Lei em tela foi recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos em 08/02/2023. Posteriormente, foi inserido em pauta em 24/02/2023. Após, foi remetido à Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora em 15/03/2023. O mesmo foi encaminhado ao Núcleo Econômico na data de 20/03/2023, bem como a esta Comissão, Apensado ao Projeto de lei nº 62/2020 em 21/06/2023 e despensada em 11/07/2023, Recebeu apensamento do Projeto de lei nº 62/2020 em 11/07/2023.

Submete-se a esta Comissão, o Projeto de Lei nº 435/2023, de autoria do Deputado Valdir Barranco, conforme delineado abaixo:

O Projeto de Lei em análise é composto de cinco artigos que assim dispõe:



ART. 1º AS EMPRESAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO (ADQUIRENTES) FICAM OBRIGADAS A IMPLANTAREM MÁQUINAS ADAPTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

PARÁGRAFO ÚNICO. PARA OS FINS DESTA LEI, ENTENDE-SE POR MÁQUINAS OS TERMINAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO.

ART. 2º AS EMPRESAS DE QUE TRATA O ART. 1º DESTA LEI DEVERÃO ADAPTAR AS INFORMAÇÕES EM ÁUDIO E AUMENTAR AS PROTEÇÕES DAS MÁQUINAS COM BARREIRAS LATERAIS.

ART. 3º O DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NESTA LEI SUJEITARÁ OS INFRATORES ÀS SEGUINTE PENALIDADES:

I - ADVERTÊNCIA, QUANDO DA PRIMEIRA AUTUAÇÃO DA INFRAÇÃO;

II - MULTA, QUANDO DA SEGUNDA AUTUAÇÃO, NO VALOR DE R\$ 5.000,000 (CINCO MIL REAIS);

III - MULTA APLICADA EM DOBRO EM CASO DE REINCIDÊNCIA;

ART. 4º AS EMPRESAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO (ADQUIRENTES) TERÃO UM PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA SE ADEQUAREM AO DISPOSTO NESTA LEI.

ART. 5º ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

O autor assim justifica:

EM CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS REGULADORES DAS ENTIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO, ATUALMENTE OS EMISSORES VEEM SENDO OBRIGADOS A DISPONIBILIZAR, SOMENTE ALGUNS DADOS EM BRAILLE, DOS CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO DE SEUS CLIENTES QUE POSSUEM DEFICIÊNCIA VISUAL.

O OBJETIVO DO PRESENTE PROJETO DE LEI, ALÉM DE GARANTIR SEUS DIREITOS COMO CIDADÃOS, É TAMBÉM O DE CRIAR SUBSÍDIOS PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NA ECONOMIA, DE FORMA A GARANTIR QUE POSSAM SE



UTILIZAR DE SEUS CARTÕES DA FORMA CORRETA E MAIS CONVENIENTE.

ASSIM, CONSULTADAS AS ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES QUE DESENVOLVEM TRABALHOS VOLTADOS AOS DEFICIENTES VISUAIS, FOMOS INFORMADOS DE QUE AS INICIATIVAS ADOTADAS PELOS BANCOS, ATUALMENTE, NÃO SUPREM A REAL NECESSIDADE DE SEUS CLIENTES QUE SE UTILIZAM DO BRAILLE, A EXEMPLO, DO PORTA-CARTÃO PLÁSTICO. OS DADOS CONSTANTES NO PORTA-CARTÃO PLÁSTICO, EM BRAILLE, NÃO PERMITEM SUA COMPLETA UTILIZAÇÃO, UMA VEZ QUE, OCORRENDO O EQUÍVOCO DE SE COLOCAR O CARTÃO DE CRÉDITO OU DÉBITO, NO PORTA CARTÃO ERRADO, O CLIENTE É PREJUDICADO, POIS NO PRÓPRIO CARTÃO, NÃO HÁ NENHUMA IDENTIFICAÇÃO EM BRAILLE, PARA A DEVIDA LOCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO.

NO BRASIL, CERCA DE 7% POPULAÇÃO, OU SEJA, 16,5 MILHÕES DE PESSOAS, POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA VISUAL. DAS QUAIS, 15%, OU SEJA, 2,4 MILHÕES DE PESSOAS, NECESSITAM DO SISTEMA BRAILLE PARA ACESSAR INFORMAÇÕES DO SEU DIA-A-DIA. ALÉM DISSO, O DEFICIENTE VISUAL É EXTREMAMENTE DEPENDENTE DOS SEUS CARTÕES PARA UMA MAIOR GARANTIA DE SUA AUTONOMIA, UMA VEZ QUE A MOEDA CORRENTE NÃO POSSUI IDENTIFICAÇÃO TÁCTIL.

POR CONSEQUÊNCIA, PELA FALTA DOS DADOS EM BRAILLE NO CARTÃO, OU MATERIAL DE APOIO, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O DEFICIENTE VISUAL SE UTILIZE DE OUTRA PESSOA, OU OUTROS MEIOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DO CARTÃO E SUA UTILIZAÇÃO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POR SUA VEZ, AJUIZOU UMA AÇÃO PARA QUE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL POSSAM REALIZAR PAGAMENTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO EM MÁQUINAS PLENAMENTE ACESSÍVEIS, SOBRETUDO AQUELAS QUE ATUALMENTE SÓ PERMITEM A DIGITAÇÃO DE SENHAS EM TELAS SENSÍVEIS AO TOQUE.

O MPF EXIGE, TANTO DAS EMPRESAS DO RAMO QUANTO DE AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELO SETOR, PROVIDÊNCIAS QUE VIABILIZEM A INCORPORAÇÃO, A ESSES EQUIPAMENTOS, DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, ENTRE ELAS TECLADOS TÁTEIS, LEITORES DE TELA E EMISSÃO DE SOM POR MEIO DA CONEXÃO DE FONES DE OUVIDO.



AS MÁQUINAS COM A TECNOLOGIA TOUCHSCREEN PROPORCIONAM MAIOR AGILIDADE E CONFORTO ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DÉBITO, MAS A FALTA DE ACESSIBILIDADE DOS DISPOSITIVOS REPRESENTA UM GRANDE OBSTÁCULO ÀS PESSOAS COM VISÃO REDUZIDA.

DIANTE DA NECESSIDADE DE CONCLUIR AS TRANSIÇÕES POR MEIO DE TELAS ELETRÔNICAS SEM AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS E ESSES CLIENTES MUITAS VEZES SE VEEM OBRIGADOS A CONFIAR EM DESCONHECIDOS PARA DIGITAR A SENHA OU ATÉ MESMO DESISTEM DE EFETUAR O PAGAMENTO E CANCELAM A COMPRA.

AO LONGO DO INQUÉRITO CIVIL QUE ORIGINOU A AÇÃO JUDICIAL, O MPF CONSTATOU A OMISSÃO E A MÁ VONTADE DE EMPRESAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS QUE ATUAM NO SETOR PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA. AS COMPANHIAS INTERMEDIADORAS DOS PAGAMENTOS ALEGAM QUE APENAS ADQUIREM OU ALUGAM AS MÁQUINAS DAS FABRICANTES QUE POR SUA VEZ PROCURAM SE EXIMIR DE RESPONSABILIDADE INFORMANDO QUE OS EQUIPAMENTOS SÃO CERTIFICADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA AUTARQUIA, PORÉM, NÃO CONTEMPLA A ACESSIBILIDADE, LIMITANDO-SE A ANALISAR CRITÉRIOS BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO.

O BANCO CENTRAL, AUTORIDADE VOLTADA À FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, RECONHECE A EXISTÊNCIA DE NORMAS E LEIS QUE TRATAM DO TEMA, MAS AFIRMA NÃO HAVER AINDA REGULAMENTOS QUE DISCIPLINEM REQUISITOS ESPECÍFICOS DE ADAPTAÇÃO DOS DISPOSITIVOS.

O MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, QUE PODERIA EXIGIR E ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS SOLUÇÕES NECESSÁRIAS, TAMBÉM POUCO TEM FEITO O RESULTADO DESSE IMPASSE. DESTACA O MPF, É O DESRESPEITO AO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, QUE GARANTEM O DIREITO DOS CLIENTES À REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES COM AUTONOMIA, SEGURANÇA E SIGILO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS.

"NESSE RITMO DE INDIFERENÇA, DEMORA, NEGLIGÊNCIA, OMISSÃO E 'JOGO DE EMPURRA', OS PROBLEMAS, CONSTRANGIMENTOS E O DESRESPEITO COTIDIANO AOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SE PERPETUAM, SEM PERSPECTIVA DE UMA SOLUÇÃO



EFETIVA, AMPLA, A TEMPO RAZOÁVEL E EFICAZ", AFIRMAM OS PROCURADORES DA REPÚBLICA PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO E LISIANE BRAECHER, AUTORES DA AÇÃO AJUIZADA PELA PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (ÓRGÃO DO MPF EM SÃO PAULO).

"VÁRIAS EMPRESAS E SETORES PARTICIPAM E LUCRAM NO MOMENTO DE CAPTAR E PROCESSAR O PAGAMENTO DOS CLIENTES, INCLUINDO AQUELES COM DEFICIÊNCIA VISUAL, MAS NINGUÉM ASSUME A RESPONSABILIDADE, QUE É DE TODA COLETIVIDADE E DO ESTADO BRASILEIRO, DE ASSEGURAR O DIREITO BÁSICO E FUNDAMENTAL DE ACESSIBILIDADE", CONCLUEM.

O MPF QUER QUE A JUSTIÇA DETERMINE, LIMINARMENTE, AOS ENVOLVIDOS O CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA QUE, EM ATÉ 60 DIAS, TODAS AS MÁQUINAS EM USO NO MERCADO SEJAM PLENAMENTE ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. SEGUNDO OS PEDIDOS DA PROCURADORIA, AS MUDANÇAS DEVEM SER IMPLEMENTADAS PELAS EMPRESAS A PARTIR DE NOTIFICAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA UNIÃO, DO BANCO CENTRAL E DA ANATEL.

ALÉM DISSO, A AGÊNCIA REGULADORA E A AUTORIDADE MONETÁRIA DEVEM ELABORAR E EXPEDIR NORMAS ESPECÍFICAS SOBRE AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS A SEREM INCORPORADAS AOS EQUIPAMENTOS.

Após, os autos foram encaminhados a esta Comissão para a emissão de parecer quanto ao mérito.

É o relatório.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, dar parecer a todos os projetos que abordem os temas contidos no Art.369, inciso X, alíneas "a" a "i", do Regimento Interno.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será arquivado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.



Segundo pesquisas realizadas, seja na internet ou intranet da Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre o assunto, foi encontrado projetos em tramite, por se tratar de um projeto mais antigo, o Projeto de Lei 435/2023 de autoria do Deputado Valdir Barranco, recebeu apenso do Projeto de Lei 62/2020 de autoria do Deputado Wilson Santos, do Projeto de Lei 289/2021 de autoria do Deputado Dr. Eugênio e Projeto de Lei 653/2022 também de autoria no Deputado Valdir Barranco. Como no caso do Projeto de Lei 435/2023 não foi encontrada nenhuma outra propositura anterior ou em tramite referente ao mesmo tema, significa a inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta que doravante segue para análise conforme estabelece o Regimento Interna desta Casa de Leis.

As seguintes Proposituras:

- Projeto de Lei 62/2020 de autoria do Deputado Wilson Santos
- Projeto de Lei 289/2021 de autoria do Deputado Dr. Eugênio
- Projeto de Lei 653/2022 de autoria do Deputado Valdir Barranco

Foram anexados ao Projeto de lei nº 435/2023, de autoria do Deputado Valdir Barranco conforme Art. 195 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e analisados juntamente com a propositura principal (PL 435/2023 de Autoria do Deputado Valdir Barranco) abrangendo todos aspectos apresentados em cada uma, na tentativa de identificar qual a melhor e mais completa propositura, ou se alguma tem algum fator a contribuir para melhorar a propositura original.

Sob o enfoque da análise por mérito, a propositura pode ser avaliada mediante três aspectos: oportunidade, conveniência e relevância social.

O presente projeto tem por objetivo de instituir no âmbito do Estado de Mato Grosso sobre a obrigatoriedade das empresas operadoras de cartões de crédito e débito, os adquirentes, a implantarem (adquirir e operar) máquinas de cartão adaptadas para pessoas com deficiência visual, e dá outras providências.

O aparelho para uso múltiplo de cartões adaptada para pessoas com deficiência visual é importante porque oferece a essas pessoas a possibilidade de realizar transações financeiras de forma independente e segura. A acessibilidade é um direito fundamental e a inclusão financeira é uma parte essencial da igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

A máquina de cartão como é popularmente conhecida, adaptada com sistema de áudio seria extremamente importante para pessoas com deficiência visual, pois permite que elas possam realizar transações financeiras de forma autônoma e independente.

As pessoas com deficiência visual geralmente dependem de outras pessoas para realizar transações financeiras, o que pode ser desconfortável e constrangedor. Com a máquina de crédito e



débito adaptada com sistema de áudio, elas podem inserir seus cartões, digitar suas senhas e ouvir as instruções em áudio para concluir a transação sem a necessidade de ajuda externa.

Além disso, a máquina de crédito e débito adaptada com sistema de áudio também proporciona maior segurança e privacidade para as pessoas com deficiência visual, pois evita que terceiros possam obter informações confidenciais, como o número do cartão ou a senha.

No que tange ao notório projeto em pauta, cujo desiderato se alinha à instituição de prerrogativa no âmbito do Estado de Mato Grosso, relativa à compulsoriedade das empresas operadoras de cartões de crédito e débito, os adquirentes, em proceder à implementação de máquinas de cartão adaptadas para indivíduos portadores de deficiência visual, oportuniza-se o ensejo de tecer considerações que apontam para possíveis controvérsias e inconvenientes.

A imposição de tal obrigatoriedade suscita apreensões quanto ao acréscimo de ônus para as empresas operadoras de cartões de crédito e débito. É preciso atentar para a possibilidade de que tais entidades, especialmente as de menor porte, possam se encontrar em situação desfavorável frente aos encargos financeiros resultantes desta exigência, o que, por sua vez, poderia ter repercussões deletérias em sua estabilidade econômica, podendo culminar até mesmo em reduções de quadros funcionais.

A introdução de uma disposição tão específica e vinculante poderia potencialmente distorcer a igualdade de competição entre as empresas operadoras de cartões. Em virtude de disparidades financeiras e logísticas, empresas menores ou recentes no mercado poderiam ser prejudicadas em comparação às empresas de maior envergadura, as quais detêm recursos mais substanciais para efetuar as alterações demandadas. A repercussão desta disparidade poderia suscitar uma limitação na pluralidade do mercado e inibir a capacidade de inovação.

A concepção e desenvolvimento de máquinas de cartão adaptadas para atender às necessidades de indivíduos com deficiência visual podem apresentar desafios intrincados. Estes desafios podem se traduzir em atrasos no processo de implementação, questões recorrentes de natureza técnica e um período de transição complexo, tanto para as empresas quanto para a clientela beneficiária.

É lícito questionar se a demanda por máquinas de cartão adaptadas para indivíduos portadores de deficiência visual é substancial o suficiente para justificar a imposição generalizada desta obrigação sobre todas as entidades operadoras. A eventual constatação de uma demanda limitada poderia resultar na alocação ineficaz de recursos e no distanciamento dos propósitos originais do projeto.

Em vez de impor uma obrigação imperativa, seria prudente adotar uma abordagem que estimule e respalde as empresas na implementação de soluções que viabilizem acessibilidade aos portadores de deficiência visual, sem compelir a conformidade sob pena de sanções. Tal enfoque permitiria uma adaptação mais flexível às distintas circunstâncias enfrentadas pelas empresas.



Em derradeira análise, embora a nobreza dos intentos subjacentes ao projeto seja inquestionável, faz-se mister ponderar sobre os possíveis impactos desfavoráveis que a imposição compulsória poderia ensejar sobre as empresas e o panorama mercantil de maneira abrangente. Neste contexto, uma abordagem mais flexível e colaborativa, ao invés de uma imposição inflexível, pode se revelar a senda mais eficaz para se atingir os desideratos de acessibilidade sem onerar indevidamente as empresas ou engendrar limitações na concorrência.

Na questão de custos, a medida proposta seria de fácil resolução e sem maiores problemas para ser aplicada em grandes em empresas pujantes e já consolidadas como por exemplo em redes de supermercados, grandes lojas e restaurantes com grande volume de clientes.

Portanto o presente proposto pode prejudicar e inviabilizar pequenos negócios como por exemplo de empresas que se enquadram no pequeno e microempreendedor, pois existem Leis que podem trazer prejuízos ao empreendedor podem ter um impacto significativo em sua capacidade de conduzir seus negócios de forma eficaz. Algumas leis podem impor restrições excessivas ao empreendedorismo, tornando-o mais difícil para os empresários iniciarem e manterem seus negócios, que a partir de uma obrigatoriedade como esta, teria que comprar novos aparelhos que muitas vezes é oneroso e alguns microempreendedores nem possuem esse tipo de aparelho.

Existem 5 fatores que podem afetar negativamente os empreendedores:

1. Aumento dos custos: Leis que aumentam os custos de produção ou impostos podem prejudicar a capacidade do empreendedor de gerar lucros. Isso pode levar a um aumento no preço dos produtos ou serviços, o que pode afetar negativamente a competitividade da empresa no mercado.
2. Restrições operacionais: Algumas leis podem impor restrições operacionais às empresas, limitando sua capacidade de inovar ou expandir. Isso pode impedir que as empresas se adaptem às mudanças do mercado e às necessidades dos clientes.
3. Barreiras regulatórias: Leis excessivamente regulatórias podem criar barreiras à entrada no mercado, tornando mais difícil para novos empreendedores estabelecerem um negócio e competir com empresas existentes.
4. Responsabilidade civil: Leis que aumentam a responsabilidade civil podem fazer com que os empresários enfrentem riscos financeiros significativos em caso de litígio. Isso pode inibir a inovação e a experimentação em novos produtos ou serviços.

Em geral, as leis devem ser projetadas para incentivar e apoiar o empreendedorismo, criando um ambiente empresarial favorável e permitindo que as empresas prosperem. Quando as leis são excessivamente restritivas ou onerosas, elas podem limitar a capacidade dos empreendedores de inovar, crescer e criar empregos.



Prejudicando pequenos e microempreendedores que não dispõem nem de funcionários como por exemplo salgadeiras, vendedores de picolés, borracheiro entre outros, ao se depararem com uma burocracia a mais, além de não terem condições financeiras de cumprirem tal lei, correm o risco de ficarem sem seu meio produtivo e ao invés de gerar receita, passariam então a gerar custos ao estado pois desempregados dependerão do estado para sobreviver.

Vale ressaltar que algumas empresas já adotaram essa prática de forma voluntária, visando a inclusão e a diversidade em seus produtos. A implementação de máquinas de cartão é uma iniciativa positiva e pode ajudar a tornar a moda mais acessível para todos.

Em 2019, haviam sido criadas pouco mais de 3 milhões de pequenas empresas. No total, em 2022, foram 3,6 milhões de novos empreendimentos, a maioria concentrada na categoria do microempreendedor individual (MEI), que representou 78% do total.¹

Já no Estado de Mato Grosso, de um total de 5.993 são empresas dos setores de Serviços, Comércio, Indústria, Agropecuária e outros, registradas na Junta Comercial de Mato Grosso. O restante, cerca de 70%, representa o número de Microempreendedores Individuais (MEI).²

A medida proposta pode prejudicar de maneira significativa os pequenos empresários e microempreendedores, e exige dos legisladores, uma avaliação cuidadosa dos impactos antes de sua implementação. Alternativas mais flexíveis e incentivos para a adoção de soluções acessíveis poderiam ser considerados para mitigar os efeitos adversos sobre esses grupos.

A medida de obrigar as empresas operadoras de cartões de crédito e débito a implementarem máquinas de cartão adaptadas para pessoas com deficiência visual pode ter impactos negativos significativos nos pequenos empresários e microempreendedores.

Pequenos empresários e microempreendedores geralmente operam com orçamentos limitados. A imposição de custos adicionais para adquirir e operar máquinas de cartão adaptadas pode sobrecarregar suas finanças. Esses custos podem incluir a compra das máquinas, treinamento de funcionários e eventuais custos de manutenção.

A implementação das máquinas adaptadas pode reduzir os lucros desses empresários, uma vez que eles precisariam absorver os custos adicionais. Isso pode impactar negativamente sua viabilidade financeira e a capacidade de reinvestir em seus negócios.

Pequenos empresários e microempreendedores que estão entrando no mercado podem enfrentar barreiras adicionais de entrada devido aos custos associados à implementação das máquinas adaptadas. Isso pode limitar a competição e a diversidade no mercado, favorecendo as empresas maiores que têm recursos para cumprir a obrigação.

¹ Site do SEBRAE - <https://agenciasebrae.com.br/>

² Site da junta comercial de Mato Grosso - <http://www.jucemat.mt.gov.br/>



Para muitos pequenos empresários e microempreendedores, lidar com a implementação de máquinas adaptadas pode consumir tempo, esforço e recursos que poderiam ser direcionados para melhorar e expandir seus negócios principais.

Pequenos negócios frequentemente operam com equipes enxutas, o que significa que a administração e conformidade com novas regulamentações podem se tornar um fardo adicional. A necessidade de treinar funcionários e garantir que as máquinas estejam em conformidade com os padrões exigidos pode ser complicada e consultiva.

A adaptação tecnológica das máquinas de cartão para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual pode ser complexa e demandar conhecimentos específicos. Pequenos empresários podem enfrentar desafios técnicos e de implementação, aumentando o risco de problemas operacionais.

Em cenários mais extremos, a imposição de custos adicionais e complexidades operacionais poderia levar alguns pequenos empresários e microempreendedores a considerar o encerramento de suas atividades, resultando em perda de empregos e redução da diversidade econômica.

Portanto esta relatoria não vê como oportuno a medida proposta, até mesmo o interesse público mostra-se desqualificado, pois fica evidente que apenas uma pequena parcela da sociedade será beneficiada, em contrapartida penalizará uma fatia bem maior desta mesma sociedade, que serão obrigados por lei a adquirirem o moderno e oneroso equipamento.

No que tange ao mérito, esta Relatoria recomenda que tal iniciativa não prospere nesta Casa Legislativa, pois o presente não cumpre os requisitos ante ao mérito. Embora tenha robusta relevância social, não é oportuno devido ao sensível período financeiro nacional, é conveniente apenas para parte da população.

É o parecer.



ALMT
Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Núcleo Econômico – NUCE
Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
CDCC/ALMT



III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 435/2023, de autoria do Valdir Barranco como também pela rejeição aos Projetos de Lei 62/2020 de autoria do Deputado Wilson Santos, 289/2021 de autoria do Deputado Dr. Eugênio e 653/2022 de autoria do Deputado Valdir Barranco.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2023.

IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 435/2023 – Parecer nº 53/2023 – (CDCC).	
Reunião da Comissão em <u>16</u> / <u>08</u> /2023.	
Presidente(a): <u>DR. SEBASTIÃO REZENDE</u>	
Relator (a): <u>DR. DR. EUGÊNIO</u>	
Voto Relator (a): Pelas razões expostas, quanto ao mérito , voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 435/2023, como também pela rejeição aos Projetos de Lei 62/2020 de autoria do Deputado Wilson Santos, 289/2021 de autoria do Deputado Dr. Eugênio e 653/2022 de autoria do Deputado Valdir Barranco de autoria do Valdir Barranco.	
Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado(o)
Relator	
Membros	